

REPENSAR E PRATICAR: PERSPECTIVAS QUE DEVEM ESTAR UNIDAS¹

RETHINKING AND PRACTICING: PERSPECTIVES THAT SHOULD BE UNITED

Adenisia Alves de Freitas²

Deve-se convencer á muita gente que o estudo é também um trabalho, é muito fatigante, com um tirocínio particular próprio, não só muscular-nervo, mas intelectual: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecendo e mesmo sofrimento.

Antonio Gramsci³

Viva pois a história, a volúvel história que dá para tudo; e tornando á idéia fixa, direi que é ela a que faz os varões fortes e os doidos; a idéia móbil, vaga ou furta-cor é a que faz os cláudios.

Machado de Assis⁴

RESUMO: Almeja por meio desse salientar algumas das perspectivas pautadas na História, enquanto disciplina inserida no ambiente escolar. Propondo compreender a partir de Keith Jenkins e Marc Bloch, o conceito de História e sua significância, entendimento vinculado aos critérios teóricos que possibilitam uma apreensão, cujos reflexos possam ser perceptíveis na *práxis*, com o posicionamento do professor de história, diante da disciplina que ministra, tendo como possibilidade o uso de documentos em sala de aula, compartilhando da aproximação do ensino a História, cuja essência pode ser estendida para outros âmbitos, pensados acerca da aplicabilidade dos elementos teorizados, deixando evidenciar aspectos dicotômicos.

PALAVRAS CHAVE: Ensino. História. Repensar.

ABSTRACT: It aims to highlight some of the perspectives based on history, as a discipline inserted in the school environment. Proposing to understand from Keith Jenkins and Marc Bloch, the concept of History in its significance, an understanding linked to the theoretical criteria that make possible an apprehension, whose reflexes can be perceived in the praxis, with the position of the history teacher, before the discipline that minister , with the possibility of using documents in the classroom, sharing the teaching approach to History,

¹ Artigo escrito em julho de 2011 para disciplina de Metodologia da Educação, vinculada à Universidade Estadual de Goiás (UEG).

² Graduanda em História pela UEG.

³ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.**

⁴ Assis, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cuba.**

whose essence can be extended to other areas, thought about the applicability of the theorized elements, showing dichotomous aspects.

KEYWORDS: Teaching. History. Rethink.

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Analisar tais perspectivas, com o intuito de pensar os fatos ou com é proposto, repensá-los, através de fatores da vida prática (*práxis*) é vislumbrar possibilidades, criando um diálogo com as perspectivas teóricas. Os elementos transparecidos são postos sobre condições desafiadoras, para serem implementados nas aulas de História ou em outros campos do conhecimento. Compatibilizando de um estudo que busca na reflexão permear o campo teórico, aproximando da ação e não aplicar doses de descrédito. Constituindo a compreensão do que é a história? Problemática que norteará as abordagens no transcorrer do artigo, como desafio para inserir na sala de aula o estudo das fontes documentais.

Partindo desse enfoque, é possível racionalizar com outros mecanismos, indispensáveis para a História e os que com ela estão envolvidos, sendo necessário pensar a prática do ensino, tendo na introdução os documentos primários uma possibilidade, para ser empregado na sala durante as aulas de história. A utilização de documentos na prática do ensino na esfera educacional, alavanca questionamentos, acerca da veracidade das fontes documentais. No entanto, o salientado até o momento não dispõe do ineditismo, por ser algo que já vêm permeando discussões no campo do ensino de história e na historiografia.

Sendo plausível, igualmente de análise, a pluralidade que encontra-se no espaço educacional, apreender acerca da existência de educação formal e não-formal, desvinculando da mentalidade fragilizada, na qual traça que aprender e ensinar se desenvolvem apenas dentro dos muros das escolas, o que transfere para as escolas a ideia de ilha, ficando o saber isolado, presos no seu interior. Logo petrificado, ao ponto de não haver uma interligação ou mesmo sentido ao social, perdendo neste tempo uma de suas mais valorosas essências.

Em contraposição, são elencados questionamentos de inquietação, com a pluralidade de problemas no ensino em nossas escolas, instituições no qual a maioria dos homens em determinado momento da vida estão vinculados. Na qual passam as gerações e algumas fragilidades perduram, acerca disso é preciso perguntar; O que é a História? Esse é o princípio,

para buscar novas respostas, possuindo importância equivalente a compreensão do contexto histórico, atento as rupturas e as permanências.

Tendo nos olhos os óculos da inquietação, a prática educacional deve mais uma vez ser refletida, seja na coletividade ou no individual, reconhecendo que existe uma educação formal, já que é perceptível socialmente uma educação não formadora, sem a obrigatoriedade de formar, mas informar. Refletir sobre o que é, e ao que remete o ensino de História, faz-se crucial, ao ponto de alguns pesquisadores dedicarem páginas das suas obras para as abordagens dessas questões.

Estudiosos como o historiador Marc Bloch, Keith Jenkins e Adam Schaff, fornecedores de respostas, quando indagado: O que é a história? Vinculada ao passado, tempo em que são elaborados os registros, logo os documentos, deixam vários rastros de homens, mulheres e grupo de pessoas que existem ou não existem mais. A partir disso, objetiva a interação da História com a articulação do espaço educacional, como a inserção do estudo dos documentos na sala de aula. Para que isso advenha, é relevante atentar para algumas percepções, possibilitando desvincular da concepção de que as fontes/documentos podem ser utilizadas para comprovar, mas é fundamental provocar nos estudantes a capacidade crítica, pensando o passado para compreensão do mundo hodierno.

1 – O que é a História? E a inexistência da educação única

“A palavra história é uma palavra antiquíssima” (2001, p. 51), é o que adverte Marc Bloch, em seu livro *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, quando pensou a história, os homens e o tempo. Apesar de que o termo não é aplicado ou pensado a partir unicamente do mundo contemporâneo, sendo racionalizado em tempos anteriores, com a inserção de outros pensadores, agrega vários elementos em sua esfera, elencando a História também como uma disciplina auxiliar.

Deve-se fazer outra indagação, pensando acerca do que é a História? Questionamento que desencadeia um diálogo abrangente, no tempo que não congela uma resposta que possa ser abraçada como definitiva, deixando um espaço aberto para as novas colocações. Portanto, a História não é um campo vazio, para inexistir qualquer discussão

anterior que permita salientar um caminho. O historiador Marc Bloch é um dos que principiam a discussão, colocando:

Diz-se algumas vezes: “A história é a ciência do passado.” É [no meu modo de ver] falar errado. [pois em primeiro lugar,] a própria idéia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda. [...] sem dúvida, nas origens da historiografia, os velhos analistas não se constrangiam nem um pouco com tais escrúpulos. Narrava, desordenadamente, acontecimentos cujo único elo era terem se produzido mais ou menos momento: os eclipses, as chuvas de granizo, a aparição de espantosos meteoros junto com batalhas, tratados, mortes dos heróis e dos reis. [...] O hábito não traz perigo, pois não engana ninguém. Há, nesse sentido, uma história do sistema solar, na medida em que os astros que o compõem nem sempre foram os vemos. Ela é a alçada da astronomia. Há uma história das erupções vulcânicas que é, estou convencido disto, mais vivo interesse para a física do globo. Ela não pertence à história dos historiadores. (2001, p. 52 -53)

Perante tais pontuações, o passado não se caracteriza enquanto objeto essencialmente da ciência, permeando pelo âmbito da narrativa, esclarecendo que o fator em torno dos acontecimentos desvincula da concepção de que o todo da história é o estudo das mudanças na duração, nem sempre o que visualiza é o que parece ser. Bloch avança escrevendo, “o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens” (2001, p. 54), a história está entrelaçada e vinculada aos seres humanos, fazendo-se diversificada. Acrescenta em seguida, que o “bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (p.54). Reforçando a visão anterior, o homem é o elemento chave da história, direcionada aos homens, mas não ao ponto de servi-los.

É o historiador Keith Jenkins que ao iniciar o primeiro capítulo da sua obra: *A História Repensada*, quem convida o leitor com a indagação: O que é a História? Progredindo no seu livro, através de um título instigante, que possibilita repensar nuances da História. Questões que perpassam por uma racionalização de critérios plausível de veracidade, que deve ser refletida, sem visualizar uma verdade concreta para os fatores que envolve, explanando deferentes perspectivas, referente a história e partindo da ótica de outros historiadores. Construir a História sobre um ponto de vista crítico e cuidadoso.

Keith Jenkins apresenta uma definição própria, dizendo que:

A história é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente (e que, em nossa cultura, são na imensa maioria historiadores assalariados), que tocam seu ofício de maneira reconhecíveis uns para os outros (maneiras que estão positivadas em termos

epistemológicos, metodológicos, ideológicos e práticos) e cujos produtos, uma vez colocados em circulação, vêem-se sujeitos a uma série de usos e abusos que são teoricamente infinitos, mas que na realidade correspondem a uma gama de bases de poder que existem naquele determinado momento e que estruturam e distribuem ao longo de um espectro do tipo dominantes/marginais os significados das histórias produzidas. (JENKINS, 2009, p. 52)

Em esboço, referente à história, permeia o autor por um contexto que diferentemente do que possa transparecer não é simplificador, há complexidades com problemáticas, direcionando-se as interpretações do passado com os pés fixos no presente. Abrangendo o passado como um mecanismo fundamental para o seu entendimento, contextualizando as nuances que fazem parte da construção histórica.

Refere a História, intimamente ligada ao estudo dos historiadores, como a responsável por uma pluralidade de histórias reproduzidas, estruturando o que o autor classifica de ofício, apesar de poder transparecer o óbvio, afirmar que o passado já passou, ultrapassa essa forma de raciocínio. Tendo em vista Keith Jenkins (2009), evidenciamos que o historiador trabalha enfocando o que atravessou os anos e chegou ao tempo presente, sejam os artigos, os livros, os documentos e entre outros.

Frisando cautelosamente que “o passado já passou, e a história é o que os historiadores fazem com ela quando põem mãos à obra” (JENKINS, 2009, p. 25), identificando as pluralidades ao fazer e pensar a história, constando que os historiadores são os responsáveis por escrevê-la, usando dos documentos que são necessários ou disponíveis. Como contraponto elenca, qual aspecto teria uma história com que todos pudessem concordar definitivamente, para parafrasear Keith Jenkins.

Proveniente de algumas concepções, sobre o que é a História? E incluindo a discussão em relação a veracidade, ou seja, a “verdade” dos fatos históricos. A reflexão que é desencadeada através de Adam Schaff, em *História e Verdade*, frisa algumas ponderações, relacionando o princípio da objetividade ao de subjetividade, o que condicionou “uma diretiva que tem em conta o grau de verdade do conhecimento condicionado pelas posições de uma ou de outra classe; portanto, provém do princípio que a verdade é relativa e não absoluta” (SCHAFF, 1995, p. 296).

Percebe-se com o breve caminho, que a “verdade” na História é inconstante, permitindo que novos mecanismos sejam adentrados, tornando a história detentora de uma essência inacabada, componente da parcialidade e da “verdade” relativa no tempo do indivíduo. Com maior perceptibilidade, Adam Schaff analisa a verdade na História:

Segundo a nossa concepção de verdade relativa, o problema consiste em comparar a verdade histórica, considerada como uma verdade parcial, incompleta e, neste sentido, relativa, com o conhecimento ideal que produz um saber total, exaustivo e, portanto, absoluto do objeto. Ao afirmar que o conhecimento histórico produz sempre verdades relativas e que só o progresso infinito do conhecimento tende para a verdade absoluta com *limes* adota-se para ponto de partida a tese que a verdade histórica, se bem que relativa, é sempre uma verdade objetiva na medida em que reflete e representa a realidade objetiva. (SCHAFF, 1995, p. 303)

Não há no ventre dos fatos históricos uma verdade que possamos apontá-la e dizer, “está e a verdade pronta, acabada e inquestionável”, pois existe o subjetivo e o tempo que interfere no indivíduo e na objetividade. Contraindo os nervos que fazem com que a história seja repensada e reescrita, encontrando-se com a parcialidade que pode aflorar. Um dos melhores exemplos são as correntes ideológicas, como o positivismo, o marxismo, o historicismo, o presentismo, o romantismo, dentre outras. Diante das pontuações brevemente apresentadas, podemos considerar os historiadores os mentirosos?

Conforme Adam Schaff

os historiadores não mentem portanto, se bem que sustentem discursos diferentes, por vezes mesmo contraditórios. Este fenômeno é simplesmente o resultado da especificidade do conhecimento que tende sempre para a verdade absoluta, mas realiza essa tendência não é pelo-processo infinito da acumulação de verdades relativa. (1995, p. 309)

Para responder o questionamento, é mais plausível considerar que temos ausências de consentimentos, inexistindo uma verdade para responder todas as perguntas. Em considerações gerais, a História é um campo “democrático”, no qual diferentes olhares podem ser lançados, possibilitando a formulação de distintos argumentos, análises e inquietudes, sem extrair o comprometimento que deve penetrar no trabalho dos historiadores.

Nessa perspectiva, cabe outro raciocínio, permeando a História com a Escola dos *Annales*, lampejada por Jacques Le Goff, pertencente a terceira geração, quando foi agregado o pensar referente a História Nova. “A história nova foi definida pelo aparecimento de novos problemas, de novos métodos que renovaram domínio tradicional da história” (LE GOFF, 1988, p. 44). O que questiona aspectos como a história essencialmente política e aglomera questões como a identidade, a memória e a história “vista de baixo”. Apesar de que elementos que estão agrupados na história nova não são incomuns, no sentido de nunca terem sido discutidos. Com a finalidade de vislumbrar conceitos que são interligados como a mentalidade e a identidade, ato esse que ganha espaço, demonstrando novas possibilidades.

O que foi elencado é válido para pensar a condição do professor/pesquisador ressaltado por Filho e Júnior (2005), como o responsável direto que deve compreender as discussões da e na História, evidenciando os novos campos de debate e as diferentes perspectivas. Questões que são dilatadas com maior intensidade na esfera teórica, o reflexo dessas questões devem ser sintonizados em prática na sala, compreender o que é, e o que se discute em torno da História é um dos passos, para interagir como os demais aspectos que pode abarcar.

A educação e as aulas de história devem romper com os muros do entendimento engessado, criadores da ideia de que o ensino apenas existe dentro das escolas. Pontuamos inicialmente acerca da inexistência de uma educação, para importância de conectar educação com o campo da história, unido em prol da compreensão, em relação a sociedade e ao ensino, considerando que “a educação se mistura com toda a vida social” (KRUPPA, 1994, p. 22), raciocinando de que “ninguém escapa da educação” como destaca Kruppa.

Quando se refere a Brandão (p.21), o mesmo proporciona algumas ressalvas, colocando como questão a defesa de que os seres humanos são formados socialmente, a partir da transição cultural, incluindo as perspectivas históricas, pensando acerca da influência do tempo sobre os homens, visto que estão inseridos em algum tempo e espaço:

Os homens vêm ao mundo inacabados, precisando trabalhar para suprir suas necessidade, ao se organizarem para o trabalho, os homens criam uma série de hábitos, de comportamentos, de maneiras de agir e de pensar, constituindo aquilo que chamamos de cultura – o modo de ser diferenciado que os homens adquirem ao se organizarem para a realização de trabalho necessário á sua existência. A educação no sentido amplo definido acima, é um elemento importante para os homens na criação e na transmissão da cultura. (KRUPPA, 1994, p. 21)

Os homens ao nascerem são seres inacabados, que são moldados conforme o desenrolar social, mantendo contato com outras culturas, estabelecendo ligações para formar o que será próprio de cada indivíduo, aprendendo através do contexto diário, pois, o homem criou a instituição e essa pode moldá-lo. As instituições, ressaltando o âmbito escolar, devem servir como construtoras de um caminho prospero. Avançado para além do institucional, considerando a educação formal e não-formal, um objetiva a formação, sendo intencional, enquanto a outra não perpassa por essa extensão, como e o caso do teatro, cinema e o zoológico, que são localidades que informam, sem a preocupação de formar, como objetiva o ambiente escolar.

A educação pode ser pensada “em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços de vida com ela: para apreender, para ensinar para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação” (KRUPPA, 1994, p. 21). Essa percepção capta e explica a inexistência de uma educação, uma vez que são educações, dentro das salas no ensino de História e percebíveis fora do contexto formal do ensino.

1.1 – Fontes documentais no ensino de história: distanciamento das conformidades

Quando incluímos o ensino de História, focando na inserção dos documentos historiográficos na sala de aula, ambiciona com isso identificar caminhos pelos quais as aulas de histórias possam ser atrativas e enriquecidas, buscando distanciar dos comentários negativados, colocando a história como demasiadamente “chata”, “não servindo pra nada”. Partindo de que “a necessidade de tornar a aula de História mais atraente ou de tornar o distante mais próximo” (PEREIRA, 2008, p. 126) é cada vez mais presente. Tendo como possibilidade o manuseio dos documentos nas aulas, quando pensados e implementados na sala de aula, promove uma relação pertencente a memória, tendo nas mãos um pequeno fragmentos do passado.

Entendimento explanado com perspicácia por Pereira, mencionando o historiador francês Pierre Nora:

A memória não consiste apenas em recordar o que passou, o que se deve ter em mente sobre determinados fatos e acontecimentos. A memória é também reconstrução, por meio da crítica e da reinterpretação do passado por um novo olhar. Mas, memória e história não são sinônimos. Para Pierre Nora, “a memória é a vida, sempre trazida pelos grupos vivos e, por esta razão, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessível a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e freqüentes revitalizações” (2008, p. 56).

A memória esta sujeita a reconstruções, repensando os fatos e criando novas interpretações, sobre os diversos olhares que podem ser lançados. Elevando Pierre Nora, enquanto responsável por incidir tal elemento por meio da memória que está interligada as realidades e aos homens. Mas, o que ocorre quando parte dos acontecimentos são transferidos

para os documentos? É o momento que apresenta a necessidade da observação, já que não é possível a totalidade dos acontecimentos, torna fundamental a interpretação, remetendo para a compreensão do tempo e do espaço em que o documento foi elaborado, implementando a criticidade.

Outro ponto que deve ser considerado, incide sobre a compreensão do que são os documentos, justificado a partir da :

[...] revolução documental foi acompanhada por uma forte crítica ao conceito de documento. A partir da perspectiva dos novos historiadores (LE GOFF, 2005) e, sobretudo, em função da contribuição de Michel Foucault (1987), o documento se torna monumento, ou seja, ele é rastro deixado pelo passado, construído intencionalmente pelos homens e pelas circunstâncias históricas das gerações anteriores. O documento não é mais a encarnação da verdade, nem mesmo pode ser considerado simplesmente “verdadeiro” ou “falso”. (PEREIRA, 2008, p. 115)

Coloca o autor a occasionalidade de uma “revolução documental”, tratando da utilização dos documentos, para o direcionamento de algumas problematizações sobre o tempo da sua produção, visto que os documentos não foram especificadamente feitos para os historiadores, constando assim a importância de questioná-los, deixando a positividade. Quando se destaca o caráter da documentação, não direciona as discussões a respeito apenas dos documentos escritos, pode intercalar outros materiais, como as imagens, filmes, crônicas, relatos de viagens, registros paroquiais, obras de arte, vestígios arquitetônicos, memória oral e vários outros que podem ser incluídos, enquanto fragmentos do passado, sendo transluzido por Nilton M. Pereira e Fernando Seffner (2008).

Ressalvando a diferenciação do “que se ensina na escola não é o mesmo que se ensina nas academias” (PEREIRA, 2008, p. 118), elencando que o entendimento dos alunos acerca dos documentos não é a mesmo dos historiadores/pesquisadores universitários, As diferenças faz reconhecer que “para o aluno, o documento não é fonte, como para o historiador. Mas é material do historiador, e como tal objeto de aprendizagem – é aí que reside sua importância” (RODRIGUES, s/d), conforme esclareceu Maria R. Rodrigues, o documento em sala de aula é também uma amostra do trabalho que realiza o historiador.

Não é o intuito formular historiadores nas escolas, a pretensão é apresentar um valioso material que são vestígios do passado no presente. Uma vez que a introdução de documentos históricos em sala de aula ou no currículo, segundo assinala Rodrigues (s/d), “no Brasil passou a ser discutida em meio aos debates sobre programas e currículos ocorrido a partir de meados da década de 1980, que mobilizaram a academia e os profissionais de

ensino”. Por outro lado, não há obrigação em relação ao uso das fontes documentais ou utilizá-las como prova de que os acontecimentos ocorreram, algo comprometedor, quando considerado o critério de verdade, relevantemente questionado e alertado por Pereira:

Justificar a utilização das fontes históricas em sala de aula para responder as indagações infantil ‘como você sabe se não estava lá’ não é outra coisa senão sucumbir ao critério de verdade da criança [ou dos adolescentes]: não é outra coisa que assumir uma fantasia de todas as horas: a vã tentativa de coincidir relato e realidade. Esse critério de verdade já não tem lugar no âmbito da produção historiográfica (2008, p. 125).

Não se utiliza dos documentos para confirmar algo, demonstrar que está certo ou errado, o ponto elencado não inclui somente o fato de levar o documento para as aulas de história, mas como utilizá-lo. O que se coloca como mais uma possibilidade dentre outras, sendo também plausíveis de questionamentos e como uma alternativa para os discentes.

É necessário pensar sobre o uso documental em sala, para colocar o discente em contato com um fragmento do passado, pensando elementos anteriores e sintetizando as informações contidas, compartilhando dos fatores disponíveis no presente para aproximar com o passado, seja da cidade, da família ou mesmo dos tempos coloniais, do Império ou da República, dentre outras possibilidades, permitindo abordar os fatores históricos com o aspecto interpretativo, dialogando com a história viva, construindo a importância em pensar o ensino como nos ensina Libâneo (2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o que é a história aparece como um princípio relevante, percebendo que a educação vai além da escola, sendo necessário e indispensável, criando uma interrelação entre o presente como o passado, independente do período no qual possamos destacar, constitui-se como imprescindível. Que a história está relacionada diretamente com os elementos do passado não é possível desconsiderar, contexto no qual não poderemos vivenciar como aqueles que nos antecederam em determinado período, mas existem fragmentos do passado, que permitem ao historiador identificar alguns aspectos do passado. Os documentos são uma das formas que possibilitam encontrar uma parte do quebra-cabeça dos fatos passados. Portanto, é plausível e manuseio de fontes documentais nas aulas de História.

Sua utilização não pode ser vinculada a ideia de provar algo, mas de demonstrar o papel do historiador ou mesmo de provocar nos alunos a interpretação, buscando deixar perceptível, que diferentes objetos no entorno dos homens são mecanismos que possibilitam o estudo da História e podem ser interpretados, não por um olhar único, estabelecendo o que é correto ou errado, mas com diferentes interpretações, construindo a história.

Caracterizando a importância em compreender o que é a história? E buscando respostas para tal indagação é possível proporcionar um campo para outras questões, demonstrando o trabalho e o papel dos historiadores na sociedade, já que a história é uma disciplina que propicia compreensões que estão além das datas comemorativas. Os professores de História tem disponível nas salas de aula mais uma possibilidade para o ensino, em que os documentos fazem parte de um campo de possibilidade, para que tais questões possam ser transmitidas de forma envolvente, como uma parte significativa do trabalho realizado pelo historiador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 51 – 68.

FILHO, Geraldo Inácio; JÚNIOR, Dício Gutti [org]. **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. São Paulo: EDUFU, Autores Associados, 2005, p. 56 – 59.

JENKINS, Keith. **A história Repensada**. 3. ed, São Paulo: Contexto, 2009 p. 9 – 52.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 21 -39.

LE GOFF, Jacque. **A História Nova**. 4. ed, São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 24- 45.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para Que?** 5. ed, 2005, p. 85- 95.

PEREIRA, Nilton Mullet. **O Que Pode o Ensino de História?** Sobre o uso de fontes em sala de aula. 2008, p. 113 – 128.

PEREIRA; Nilton Mullet, SEFFNER; Fernando. **O que pode o ensino de História?** Sobre o uso de fontes na sala de aula. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7961/4750>. 2008, p. 113-128.

RODRIGUES, Maria Rocha. **O Uso de Documentos Históricos em Sala de Aula**. S/d.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. 6. ed, São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 265 – 310.